

EDUCAÇÃO INFANTIL E ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: apontamentos de uma crescente produção acadêmica

*Vanessa Ferreira Garcia**

*Maria Walburga dos Santos***

Resumo: O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo bibliográfico e reflexivo das questões relacionadas à educação das relações étnico-raciais no contexto da educação infantil com base nos apontamentos da Lei 10.639/2003, considerada um dos marcos para os avanços da educação das relações étnico-raciais na educação básica. Apresentamos estudos atuais que focam na educação infantil, considerando o campo dos estudos da infância, com ênfase na sociologia da infância, como caminhos para a interlocução entre as relações étnico-raciais e a educação infantil, na perspectiva de colaborar com a formação docente em contextos para a equidade.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação docente. Relações étnico-raciais.

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS STUDIES: notes of a growing academic production

Abstract: This article aims to conduct a bibliographic and reflective study on issues related to the education of ethnic-racial relations in the context of early childhood education based on the notes of law 10.639/2003, considered one of the milestones for the advancement of education in the relationship of ethnic-racial groups in basic education. We present current studies that focus on early childhood education, considering the field of childhood studies, with emphasis on the sociology of childhood, as paths for the interlocution between ethnic-racial relations and early childhood education, with the perspective of collaborating with teacher education in equity contexts.

Keywords: Early childhood. Teacher training. Ethnic-racial relations.

ÉDUCATION DE LA PETITE ENFANCE ET ÉTUDES SUR LES RELATIONS ETHNO-RACIALES: notes d'une production académique croissante

Résumé : Cet article a pour objectif de mener une étude bibliographique et réflexive des problèmes liés à l'éducation des relations ethno-raciales dans le contexte de l'éducation de la petite enfance, sur la base des dispositions de la loi 10.639/2003, considérée comme l'un des jalons des avancées dans l'éducation des relations ethniques et raciales dans l'éducation de base. Nous présentons des études en cours qui se concentrent sur l'éducation des enfants, en considérant le domaine des études de l'enfance, en mettant l'accent sur la sociologie de l'enfance, comme moyens d'interlocution entre les relations ethno-raciales et l'éducation de la petite enfance, dans la perspective de collaborer avec la formation des enseignants dans des contextes d'équité.

Mots-clés: Éducation de la petite enfance. Formation des enseignants. Relations ethno-raciales.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *Campus* de Sorocaba, na área de Formação de Professores e Práticas Educativas. Professora da educação básica na Prefeitura Municipal de Sorocaba. E-mail: vanessafgarcia2011@hotmail.com

** Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP, na área de Educação (História e Historiografia). Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos (Departamento de Ciências Humanas e Educação -DCHE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar – *Campus* Sorocaba – PPGED. E-mail: walburgaufscar@gmail.com

Introdução

Este artigo propõe um debate a respeito da educação infantil considerando a potencialidade dessa etapa educacional para construções de espaços de promoção à igualdade racial. Para tanto enfatizará a criança negra na educação infantil, considerando como as marcas raciais ainda constituem fatores de exclusão legitimadas nas ações cotidianas partir dos estudos de Rosemberg (1991; 1996; 2006; 2011; 2014); Oliveira (2004; 2015; 2017) e Abramowicz e Oliveira (2010; 2012). Ressaltamos que como prevê a legislação brasileira, espaço da Educação Infantil são espaços não domésticos, que atendem crianças de zero a cinco anos e 11 meses, em creches e pré-escola, com profissionais com formação adequada para tal exercício, ou seja, professoras e professores.

Na primeira parte, abordaremos a concepção de infância com base nos “Estudos da Infância” que no Brasil ganharam força a partir da década de 1990, conforme Abramowicz e Oliveira (2010), constituindo um campo que abrange diversas áreas de conhecimento: sociologia da infância, estudos da filosofia e antropologia da criança, pedagogia da infância. Esses estudos possibilitam olhar as múltiplas infâncias para além dos aspectos exclusivamente psicológicos desenvolvimentistas, favorecendo a compreensão mais ampla, lançando luz às especificidades das questões sociais, de gênero, culturais e raciais.

Num segundo momento, trataremos sucintamente das questões sobre o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial a partir dos estudos de Corone e Bento (2014) e Dávila (2006), abordando como esses mitos e ideais presentes no cotidiano das creches e pré-escolas configuram-se e reconfiguram-se como fatores de exclusão. Discorreremos também a respeito da representatividade negra no espaço da educação infantil e nesse contexto faremos alusão a aparente neutralidade e a negação da reflexão e diálogo mais aprofundados sobre a temática reforçam o padrão racial eurocêntrico imposto.

No terceiro movimento, traremos uma breve pesquisa bibliográfica realizada a partir do catálogo de trabalhos de pesquisa acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com ênfase nos estudos que abordam a articulação entre relações étnico-raciais e educação infantil, tendo como marco temporal dissertações e teses concluídas a partir da transcorrência de uma década da lei 10.6309/2003, ou seja, nosso ano base para busca bibliográfica é 2013.

Nas considerações finais, serão enfatizados os desafios e possibilidades atuais para o delineamento de estratégias visando à construção de uma educação para as relações étnico-raciais que reconheçam em nossa sociedade processos de justiça social e valorizem nossas raízes negras e africanas articuladas às especificidades da infância nos espaços de Educação Infantil visando também a formação docente para uma educação não racista e com vistas à equidade, aqui compreendida por meio da ideias de Gomes (2011): como a igualdade que valoriza a diversidade, baseada no reconhecimento e no respeito às diferenças.

Estudos da infância e sociologia da infância: caminhos para a interlocução com as relações étnico-raciais

Os estudos atuais a respeito da infância focalizam elementos socioculturais, históricos, antropológicos e filosóficos propiciando subsídios para ampliação do conceito e possibilitando olhares que valorizam as subjetividades das diferentes formas de ser criança, suas culturas e formas de expressão, buscando a superação da visão adulta normatizadora.

Os estudos com ênfase na sociologia da infância que ganharam força no Brasil a partir de 1990 visam desconstruir esses saberes hegemônicos, não como forma de sobrepô-los ou negá-los, mas de demonstrar que os saberes tidos até então como centrais constituem um recorte de realidades mais abrangentes e complexas em que há inúmeras outras vozes a serem consideradas. Como afirma Anete Abramowicz e Oliveira (2010):

Mas será a partir da década de 1980 que um campo teórico irá se constituir para “disputar” este saber, que de alguma maneira pertencia à Psicologia e à Medicina que centrava o foco no adulto. A criança e sua infância sairão do interregno que estavam colocadas. A Sociologia da Infância fará algumas inflexões na tentativa de falar da criança e da infância a partir de outros referenciais e, também, prescreverá novas e outras modalidades para entender o que é ser criança e ter uma infância. Na França esta sociologia nasce do campo saturado da Sociologia da Educação, e na Inglaterra e nos Estados Unidos é um campo que advém dos estudos feministas e da Antropologia. No Brasil a Sociologia como campo começará a se constituir a partir da década de 90, na confluência entre os pedagogos e os sociólogos prioritariamente (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010, p. 41).

Esses estudos visam problematizar e superar concepções em que a criança é vista como um ser incompleto e incapaz que precisa ser controlada para atender as demandas do mundo adulto. O “adultocentrismo” foi discutido por Fúlvia Rosemberg (1976), indicado como uma das formas de colonialismo fortemente presente no contexto da infância. Esse olhar adultocêntrico classifica a criança por fases, anulando seu ser hoje, pois considera criança um potencial adulto que hoje pouco ou nada sabe.

Em busca da contraposição dessas concepções vigentes, os estudos da infância, aqui com ênfase na sociologia, visam ampliar esse diálogo, considerando a criança (as crianças, qualquer criança) como sujeito que constrói e reconstrói sua realidade, que age e interfere no mundo, portanto que possui características próprias e singulares que diferem do pensamento adulto, mas não são menos elaborados, e que precisam ser respeitados como tais.

Segundo Abramowicz (2015) um dos considerados marcos dos estudos sociológicos no Brasil é a pesquisa de Florestan Fernandes que focalizou as crianças num estudo etnográfico em 1944 intitulado “As Trocinhas do Bom Retiro”. Florestan Fernandes realizou sua pesquisa no bairro paulistano, trazendo um registro original dos elementos constitutivos das culturas infantis por meio da observação de um grupo de crianças e suas brincadeiras. Conforme explicita Prado (2009):

A cultura que as crianças estão produzindo, já considerada por Florestan Fernandes (1979): a cultura infantil, aquela que se expressa por pensamentos que chegam até nós, não só verbalmente, mas por meio de imagens e impressões que emergem do conjunto da dinâmica social, reconhecida nos espaços das brincadeiras e permeada pela cultura do adulto (PRADO, 2009, p. 101).

Os estudos apresentados tem possibilitado reconhecer as múltiplas relações que se estabelecem na infância enfatizando as interações e brincadeiras como formas de expressão da criança e suas culturas, permitindo a modificação do olhar sobre o cotidiano infantil. Dessa forma, no Brasil a sociologia da infância tem-se apresentado como possibilidade de investigação das crianças em contextos escolares e fora deles, repensando e ultrapassando o conceito de alunos, ou ainda de seres em desenvolvimento.

Diante dos pressupostos atuais abrem-se caminhos para que a infância não seja abordada como categoria única. No entanto, os enquadramentos sejam eles psicológicos, raciais, culturais, sociais ou de gênero persistem gerando um ideal de homogeneização e universalização. A respeito dessa pretensa universalização e enquadramentos, as crianças encontram-se diante de relações de poder orientadas por ideais de homogeneização que acarretam o não reconhecimento das suas singularidades:

As crianças [...] estão à mercê dos adultos e das forças que as querem alfabetizá-las rapidamente, das forças que as querem iniciá-las precocemente à lógica do capital, da linguagem hegemônica, do poder, das hierarquias de cor e raça, da heteronormatividade, e tudo isto em nome de uma universalidade para construir "a criança" (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2016, p. 33).

Em contraposição a construção da personificação da criança ideal, que atende as expectativas dos poderes hegemônicos, podemos pensar as infâncias em suas reais demandas e complexidades, fugindo assim das generalizações que não só limitam como excluem identidades. O olhar para as múltiplas infâncias possibilitam, além de outros aspectos, a imprescindível consideração do contexto histórico, cultural e social brasileiro, estruturada a partir de relações raciais desiguais, como explicitado por Abramowicz (2012):

A proposta do nosso debate, a partir da sociologia da infância no Brasil, não pode ignorar a especificidade do nosso contexto, regida de forma explícita pela questão racial. O componente “cor de pele” continua sendo usado para classificações raciais, não existindo raças biológicas, mas sim raças sociais (ABRAMOWICZ, 2012, p. 530).

Segundo Moruzzi e Abramowicz (2015), ao focalizarmos a interlocução dos conceitos infância e raça desvinculadas dos determinantes biológicos em que “infância é entendida como algo distinto de uma fase do desenvolvimento humano e a raça como algo distinto de uma representação fenotípica de cunho genético.” Moruzzi e Abramowicz (2015, p. 201), possibilita-se a abordagem das infâncias sem desvinculá-las das múltiplas tensões étnico-raciais que compõe nosso contexto.

Nesta conjuntura, a abordagem das infâncias e suas especificidades colaboram com a compreensão de que as desigualdades raciais e ideários de branqueamento afetam as constituições das subjetividades infantis, estabelecendo relações hierarquizadas, aqui destacamos os espaços das creches e pré-escolas, primeiros espaços de interações sociais mais amplos das crianças, que seguem reproduzindo

o racismo estrutural¹ e institucional²

Branqueamento e o mito da democracia racial no contexto da educação infantil

O ideal de branqueamento enraizado no contexto brasileiro é fruto do processo de colonização, violência e desumanização que marcou nossa trajetória histórica de mais de três séculos de exploração. Seus danos à população negra ecoam e reconfiguram-se no século XXI limitando direitos, gerando processos de exclusão, constituindo o cenário de racismo estrutural e institucionalizado que oprime 53,6% da população brasileira constituída por autodeclarados pretos e pardos segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

Tal concepção teve seu auge no início do século XX, baseado em estudos eugênicos que teve como um dos seus representantes Raymundo Nina Rodrigues, médico do instituto médico legal do estado da Bahia (VIEIRA; MEDEIROS, 2014). Esses estudos de vieses cientificistas visavam demonstrar a superioridade da raça branca e contribuíram para desenvolver, na população branca um mito de superioridade e, no negro, estigmas de inferioridade.

As práticas de inferiorização de negros e negras era um projeto político explícito, planejado e embasado num suposto argumento científico. Segundo Dávila (2006) era consenso entre muitos grupos de políticos, médicos, antropólogos e sociólogos que para a melhoria da população brasileira o ideal seria que a população se aproximasse das características fenotípicas do branco. O ideal de branqueamento da população brasileira foi fortemente introduzido constituindo uma meta a ser alcançada, nesse cenário foram criadas políticas públicas de aniquilamento racial que corroboraram com a repulsa a tudo que remetia ao negro ou indígena no nosso país.

Dávila (2006), ao discorrer sobre políticas sociais e raciais brasileiras entre os anos de 1917 e 1945, enfatiza como a escola foi um lócus de perpetuação dessas teorias racistas:

O consenso entre os formuladores de políticas era que as escolas eram as linhas de frente da batalha contra a “degeneração”. Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos – lugares onde ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças (DÁVILA, 2006, 55-56).

A escola teve esse papel de reforçar o ideal eugênico e garantir que a hegemonia racial eurocentrada se mantivesse. Um século se passou e a ideia de raças superiores e inferiores segue ainda

¹ O racismo estrutural é o que gera instituições racistas, as instituições são partes da estrutura. Segundo Almeida (2018) o racismo estrutural está na base das relações gerando uma reprodução sistêmica de práticas racistas que estão enraizadas na organização política, econômica e jurídica da sociedade, ou seja, o racismo que está na raiz das nossas relações sociais.

² Segundo o “Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional” (2013), o conceito de Racismo Institucional foi instituído pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, enfocando como o racismo opera no interior das instituições, prejudicando o acesso aos direitos básicos às pessoas por conta de sua pertença racial, cultural e/ou religiosa. Segundo Almeida (2018) o racismo institucional compreende ações de hierarquização racial, discriminações negativas e preconceitos raciais presente nas instituições que funcionam numa sistemática que confere, direta ou indiretamente, desvantagens e privilégios a determinados grupos.

presente nas mentalidades e ideologias racistas que permeiam nossas relações.

Ao utilizar a expressão “raça”, a compreendemos na abrangência do campo sociológico, sendo o termo caracterizado como uma construção social e política, longe de aspectos biologizantes e racialistas que fundamentaram atrocidades no sec. XIX, hierarquizando, aniquilando e privilegiando a população branca em detrimento da população negra. Como afirma Nilma Gomes:

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas (GOMES, 2005, p. 45).

Como demonstrado nas pesquisas atuais no campo das relações étnico-raciais e educação infantil o ideal do branqueamento e o mito da democracia racial se fazem ainda fortemente presentes nos espaços educacionais da primeira infância, constituindo danos à formação da criança negra e gerando relações étnico-raciais desiguais. O mito da democracia racial mostra-se visível na fala de muitas educadoras e educadores, gestores ou responsáveis por políticas públicas que se negam a tratar da temática com a justificativa que as crianças pequenas não percebem ou são marcadas por relações de desigualdade racial, com a fala: “*em nossa escola tratamos todos de forma igual*” em busca de uma falsa neutralidade.

O “mito da democracia racial” é trazido a tona por Florestan Fernandes no livro “A integração do negro na sociedade de classes” (FERNANDES, 2008), obra original de 1965. É nela, substancialmente, que o autor promove a radical desconstrução do mito brasileiro que se baseia na crença que devido a mestiçagem o racismo não se faz presente em nosso contexto, criando-se a ilusão que constituímos relações étnico-raciais harmônicas.

As crianças negras na educação infantil possuem poucas referências positivas para constituição de sua identidade étnico-racial, ao terem seus aspectos físicos pouco valorizados e desconsiderados fica nítido qual o pertencimento racial é tido como exemplo de beleza e aceitação. Neste contexto a criança negra tem suas primeiras experiências no contexto escolar como algo prejudicial:

[...] a socialização que se inicia na família e se amplia com o convívio escolar, ao invés de ser uma experiência positiva no desenvolvimento da criança negra, acaba sendo um fator negativo na constituição de sua autoimagem. E o silêncio que envolve a questão racial nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade, como desvio, como anormalidade. (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 56).

E o silêncio opera como um mecanismo para que os padrões não sejam contestados e siga enraizados no cotidiano dos espaços de creches e pré-escolas. Segundo Cavalleiro (1998; 2015) que realizou a pesquisa intitulada: Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil, as crianças percebem desde pequenas as hierarquias raciais existentes, a autora realizou pesquisas junto a crianças e comunidades escolares, revelando que crianças negras, a partir de 4 anos, já demonstram uma autoimagem negativa em relação ao grupo étnico-racial ao qual pertencem.

Nesse sentido, a educação infantil como espaço vivo de interações tem um importante papel na desconstrução de estereótipos racistas e excludentes garantindo que todas as crianças sejam respeitadas em suas características étnico-raciais. Dessa forma, é preciso atentar-se ao fato de que todas as imagens, recursos visuais, painéis decorativos constituem representações do que é tido como padrão. Como afirma Santiago (2014):

As histórias contadas, as posturas de legitimação ou não de um pertencimento afro-brasileiro, todas as imagens coladas nas paredes nas creches e pré-escolas não são neutras, representam uma peça-chave para a reprodução e manutenção do padrão racial imposto. A construção do não dito, do oculto, direciona as subjetividades não hegemônicas a não aceitação social, ou seja, reforça os padrões que instituem a discriminação a partir da reafirmação de espaços constituintes do padrão/aceitável e do não padrão/rejeitável (SANTIAGO, 2014, p. 453).

Reconhecendo a relevância de todas as formas de comunicação presentes nas instituições escolares, linguagens verbais e não verbais como discursos que remetem construção e reprodução de padrões, cabe ao espaço de educação infantil propiciar ambientes em que a criança negra possa se reconhecer positivamente e as demais crianças possam construir relações equânimes³ de respeito e valorização das diferenças étnico-raciais. Considerando essas premissas, como se garante práticas promotoras da igualdade racial no espaço das creches e pré-escolas, com crianças de 0 a 5 anos? Para isso, se faz necessário a atenção às especificidades da infância concebendo a criança como sujeito de direitos que não só reproduz, mas produz cultura. Não só recebe passivamente as informações e regras do espaço da creche e pré-escola, como também dialoga em suas múltiplas linguagens, resiste e reinventa seu cotidiano.

Sabendo que a criança possui múltiplas formas de expressão é preciso garantir que haja novas formas de interação com o contexto além daqueles já estabelecidos pelo viés hegemônico. Segundo o documento *Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial (2012)*⁴: bonecas negras e bonecos negros, livros com qualidade literária e de ilustração com protagonistas negros, livros com mitos e contos africanos, instrumentos musicais africanos e afro-brasileiros, fotos e representação das múltiplas pertencências raciais são alguns dos recursos para construção do trabalho pedagógico que possibilitam a valorização dos aspectos étnico-raciais.

Trabalhar com crianças de 0 a 5 anos exige estudo e formas de abordagens próprias que garantam espaços de acolhimento às diversas pertencências raciais, garantindo acima de tudo o contato atencioso e de valorização aos diferentes fenótipos, cor de pele e características de cabelos.

³ Equidade segundo Gomes (2011) define-se como a igualdade para todos na sua diversidade por meio do reconhecimento e respeito às diferenças. Para Sposati (2003) equidade possibilita avanços em políticas de justiça social que passam a envolver medidas de inclusão que “[...] precisam estar associadas a perspectivas intersectoriais e de atenção a grupos/segmentos sociais específicos” (SPOSATI, 2003, p. 84).

⁴ *Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial* / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: https://www.avisala.org.br/wp-content/uploads/2015/06/revistadeeducacaoinfantil_2012.pdf acesso em 13/11/2018.

Pesquisas como as realizadas pela Oliveira (2004) e Santiago (2014) em creches revelaram que as crianças negras recebem menos carinho e contato físico das educadoras e cuidadoras, o que demonstra que mais que projetos específicos ou atividades feitas de forma esporádica, é preciso apurar o olhar para as ações cotidianas racistas e discriminatórias muitas vezes veladas que trazem grandes danos à formação psíquica e social da criança.

Por meio dos estudos de Souza (2017) e Souza e Diniz (2018) referente aos discursos das imagens presentes e produzidas nos contextos educacionais da primeira infância podemos analisar a exclusão da população negra refletida nas paredes e painéis escolares, exclusão essa, que ocorre de forma naturalizada com a predominância dos fenótipos brancos de forma explícita, de onde apreendemos que os recursos imagéticos, a constituição dos espaços e busca por materiais voltados à educação para as relações étnico-raciais constituem pontos de articulação importantes quando se trata do trabalho com as crianças, afinal, como propõe Santos (2018):

A cor da pele, aliada aos cabelos e outros traços fenotípicos ainda podem significar inclusão ou exclusão. E também constrangimentos, uma vez que até bem pouco tempo atrás na história brasileira, ainda calcada em acepções oriundas da colonização e escravização dos povos africanos, era “normal” relegar às pessoas negras espaços de subalternidade e não raro representá-las em caricaturas diversas, nem sempre elogiosas (SANTOS, 2018, p. 152).

O reconhecimento e a reflexão crítica da ideologia racista enraizada historicamente e que permeiam nossas relações é o fator que possibilita a reeducação étnico-racial gerando ações efetivas e duradouras de equidade e respeito no espaço da educação infantil. Antes de pensar estratégias educacionais que possibilitem a construção desses espaços, é necessário uma transformação de mentalidades, como afirma Munanga:

A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos e racistas. Uma vez cumprida esta condição primordial, que no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito de democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, conseqüentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial, podemos então enfrentar o segundo desafio de como inventar as estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo (MUNANGA, 2005, p. 18).

Portanto, compreender o contexto histórico que negou e ainda nega o direito a representatividade e valorização das crianças negras são ações que possibilitam a superação da discriminação, preconceito e racismo que seguem impregnando ações cotidianas alimentando injustiças históricas e gerando a exclusão.

O campo de estudos sobre essa temática na educação infantil segue em expansão mobilizado pelas lutas do movimento negro, e embasado pelas conquistas legais em que temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana (DCNERER), aprovado em 2004, e Diretrizes Curriculares Nacionais para

Educação Infantil (DCNEI) revisadas em 2009 que especifica que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve contemplar a temática da cultura africana e afro-brasileira assim como o combate ao racismo.

Esses avanços legais no âmbito educacional foram implementados após a lei 10.639/2003, transcorridos mais de 10 anos de sua promulgação houve inegáveis avanços nas pesquisas que abordam a educação das relações étnico-raciais, considerando essas questões na sequência desse artigo traremos as pesquisas em âmbito nacional de Mestrado profissional e acadêmico e doutorado que trazem como palavras-chave “educação Infantil” e “educação da relações étnico-raciais” a partir de 2013.

Relações étnico-raciais na educação infantil: produção acadêmica entre 2013 e 2018

Joseph Ki-Zerbo, historiador africano de Burkina Fasso, aponta que a educação é um processo nas sociedades de tradição oral onde a fala tem poder e as primeiras lições de vida ocorrem no interior das famílias, da comunidade, sendo os mestres e educadores pais, mães e as pessoas mais idosas do convívio com as crianças que “ministram as primeiras lições da vida, através da experiência e por meio de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, provérbios, certos jogos infantis. O ensinamento é ligado às circunstâncias da vida” (KI-ZERBO, 2013, p. 58).

Portanto, é na família que se dão as primeiras interações sociais que serão posteriormente ampliadas na educação infantil. No Brasil em 2019, as crianças em solo brasileiro de zero a cinco anos e onze meses tem o direito de frequentar a Educação Infantil, em creches e pré-escolas, em espaços não domésticos.

Nesse contexto, os espaços das creches e pré-escolas precisam reconhecer e respeitar as pluralidades raciais, étnicas e culturais de todas as crianças, em que aqui enfatizamos o reconhecimento e valorização das nossas raízes negras. Atendendo a essas demandas, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem prever e assegurar, no trabalho coletivo, organização de tempos, espaços e materiais em consonância com: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (Diretrizes Curriculares de Educação Infantil – DCNEI, 2010, p. 21)

Reconhecendo os princípios que sustentam as Diretrizes Nacionais de Educação Infantil, aqui traremos uma breve revisão de teses e dissertações da temática da educação das relações étnico-raciais na educação infantil por meio de pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵ realizada no dia 18 de julho de 2019.

⁵ O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é um sistema de busca bibliográfica, que reúne registros desde 1987. Possui como referência a [Portaria nº 13/2006](#), que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Inicialmente intitulado Banco de Teses e Dissertações começou a ser alimentado pelo aplicativo Coleta em 1987. A partir de 1996, os

Na pesquisa foram utilizados os descritores: “Educação Infantil” AND “Relações étnico-raciais” OR “raça” abrangendo pesquisas de mestrado acadêmico e profissional/doutorado entre os anos de 2013 a 2018. Consideramos o ano de 2013 como referência por conta da transcorrência de uma década da promulgação da lei 10639/2003 que constitui um marco para a educação das relações étnico-raciais na educação básica ao qual a educação infantil faz parte desde 1996 a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

Inicialmente, utilizando o recurso de busca com as palavras "*educação infantil*" AND "*relações étnico-raciais*" OR "*raça*" foram encontrados 63 resultados. Na segunda pesquisa foi utilizado os descritores "*educação infantil*" AND "*étnico-racial*" em que obtivemos mais 48 resultados em que consideramos os trabalhos que não se repetiam para compor a presente pesquisa. Ressalta-se que foram utilizadas as ferramentas de busca com o uso de aspas e os termos em inglês AND para agregar assuntos e OR para buscar os termos relações étnico-raciais ou raça possibilitando assim o refinamento dos resultados por meio das palavras-chaves indicadas. Nessa análise, não objetivamos identificar todos os estudos acadêmicos que abordam a temática, mas sim, trazer subsídios para ampliação do debate considerando um recorte das pesquisas atuais (teses e dissertações) elaboradas no campo.

Desse total de teses e dissertações indicadas no catálogo, foram selecionadas as que continham nas palavras chaves do resumo ou em seu título os termos: Educação infantil; creche ou pré-escola e relações étnico-raciais ou raça associadas à educação infantil totalizando 50 trabalhos com 40 dissertações, dessas são 10 provenientes do mestrado profissional e 10 teses de doutorado. Dos 50 trabalhos selecionados 48% foram realizados no biênio 2017-2018, indicando que o campo de pesquisa das relações étnico-raciais na educação infantil traz demandas atuais atreladas ao nosso contexto político e social fomentando a ampliação dos diálogos sobre as tensões raciais que permeiam as instituições.

No gráfico 1, apresentamos a quantidade de pesquisas realizadas com a interlocução da educação infantil e relações étnico-raciais desde 2013 separados também em modalidades. As universidades públicas destacam-se como espaços para a atual ampliação das pesquisas nas diversas áreas e no campo dos estudos étnico-raciais aqui realizado, constata-se quase que exclusividade das Universidades Federais e Estaduais como possibilidades para abordagem do tema, sendo verificados apenas oito trabalhos oriundos de universidades não públicas.

A região brasileira que mais apresenta pesquisas é a região sudeste com 28 trabalhos, seguida da região sul com 13 pesquisas, conforme indicado no gráfico 2. Nessa seara, destaca-se o estado do Rio de Janeiro, com 10% do total das teses e dissertações, sendo três dissertações e uma tese da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), uma dissertação da Universidade Federal Fluminense (UFF), duas da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e uma da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Outro ponto que podemos ressaltar é a autoria de pesquisadoras identificadas nominalmente como mulheres quase que na totalidade dos trabalhos, dos 50 trabalhos constata-se apenas três pesquisadores identificados como homens. Essa verificação infere que a educação infantil e seus estudos seguem abordados, na maioria, por professoras e demais profissionais que atuam junto às crianças de 0 a 5 anos. O lugar de fala⁶ das pesquisadoras viabiliza ampliações dos debates e o reconhecimento das especificidades do campo de estudos dos espaços educacionais das crianças pequenas e bebês.

Entre as áreas mais pesquisadas estão a formação de professores e/ou práticas educativas totalizando 30% das dissertações e teses selecionadas, onde são pesquisados, na maioria, temas que envolvem os processos de formação considerando as concepções docentes. Dentre as pesquisas angariadas, podemos citar como exemplo: Mariana Morato Mariana Teixeira (2017). *Diversidade Étnico-racial na Educação Infantil: entre concepções e práticas*; Moacir Silva de Castro (2015) *Educação para as relações étnico-raciais: concepções e práticas de professoras da educação infantil* e Nilzete Rodrigues Pinheiro (2017) *Estudo das Relações Étnico Raciais e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil*.

Poucas pesquisas tiveram as crianças como sujeitos principais e, quando se trata da primeiríssima infância (0 a 3 anos) esse número cai ainda mais. Direcionadas especificamente às creches foram identificadas 4 pesquisas, as que trazem a temática da pré-escola, foram 5 e referentes à educação infantil abrangendo ambas as modalidades, ou seja, creche e pré-escola, 40.

Quanto aos métodos de pesquisa mais utilizadas, temos os estudos de caso e etnográficos utilizados em 12 trabalhos, a pesquisa-ação é abordada em 3 pesquisas. Quase todas trazem o enfoque qualitativo, sendo que 1 tem como proposta a pesquisa quantitativa e 2 quali-quantitativa. Lembrando que as pesquisas qualitativas são compreendidas, nas análises dos trabalhos de campo, como centradas na “perspectiva do sujeito, cujo o objetivo é investigar opiniões, percepções, representações, emoções e sentimentos” (GATTI; ANDRÉ 2010, p. 35). Com essa compreensão, o trabalho de pesquisa direto com crianças pequenas precisa superar as questões de ordem prática e burocrática do âmbito da organização e consentimentos para realmente atender às crianças e suas especificidades, tal qual pressuposto proposto por Alinson James e Pia Christensen (2000) de se trabalhar e pesquisar “com as crianças e não sobre as crianças”. O desafio é tão maior quanto mais novas são as crianças.

As pesquisas que atendem aos critérios da busca realizada, em suas considerações denotam a necessidade da construção de ações refletidas e espaços formativos para em que os profissionais da

⁶ Segundo Ribeiro (2017) o conceito “lugar de fala” não se restringe a experiências individuais ou a autorizações para fala somente a pessoas que representem ou vivenciem determinadas opressões. O termo traz referências para que discursos contra hegemônicos e vozes subalternizadas ocupem maiores espaços de legitimidade. A autora explicita que todos os sujeitos possuem um “lugar de fala”, no entanto suas vozes serão mais valorizadas a partir dos espaços que ocupam (social, racial, de gênero), quanto mais próximos aos valores hegemônicos mais legitimidade terão seus discursos. O termo se difundiu no seio das discussões feministas mais atuais e movimentos sociais.

educação infantil possam reelaborar e repensar suas práticas, pois a temática ainda segue permeada por práticas inadequadas como demonstrado nas pesquisas de Edmacy Quirina Souza (2016) *Crianças Negras Em Escolas De “Alma Branca”*: Um Estudo Sobre A Diferença Étnico-Racial na Educação Infantil; Flávio Santiago (2014) . **"O Meu Cabelo É Assim ... Igualzinho o da Bruxa, todo armado: Hierarquização e Racialização das Crianças Pequeninhas negras na Educação Infantil"**; Gabriela Cardoso (2018) *Branquitude na Educação Infantil: Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis* e Marcelle Arruda Cabral Costa, (2013) *Os Desafios de uma educação para a diversidade étnico-racial: Uma experiência de pesquisa-ação*.

As abordagens aqui apresentadas denotam que, mesmo diante de avanços das pesquisas na área, ainda há inúmeros desafios para que realmente haja uma real ampliação e aprofundamento desses estudos. Nesse contexto, conforme evidenciado nas pesquisas que vem sendo desenvolvidas a desconstrução dos ideais eurocentrados de branqueamento presentes nas instituições de educação infantil, primeira etapa da educação básica, constitui demandas urgentes que necessitam ser assumidas por todo que almejam uma sociedade mais equânime.

Considerações finais

Buscamos neste artigo propiciar reflexões referentes ao contexto das relações étnico-raciais na educação infantil por meio do estudo bibliográfico. Trouxemos alguns apontamentos referentes aos caminhos abertos pelos estudos no campo das relações étnico-raciais e educação infantil para que possamos ampliar os estudos no campo, além de conhecer e compreender as motivações das pesquisas na área, sua atualidade e relação com a formação docente e práticas para a equidade e igualdade racial.

Por meio de revisão de teses e dissertações, com base nos registros disponibilizados pela plataforma CAPES no período de 2013 a 2018, trouxemos alguns indicativos sobre os estudos atuais da temática e como as pesquisas de mestrado e doutorado (acadêmicos e profissionais) em suas abordagens, superação às ideias exclusivas de denúncias, alguns caminhos para ações de enfrentamento ao racismo institucionalizado na educação infantil.

As pesquisas trazem de forma explícita de que forma o ideal de branqueamento presente nos espaços educacionais desde a sua primeira etapa faz com que os aspectos físicos, culturais, religiosos da negritude sejam negados ou ainda folclorizados e subalternizados, em contrapartida incutem nas identidades não-negras a falsa ideia de superioridade. Essa disparidade privilegia os aspectos que remetem a branquitude alimentando o racismo institucional que dificulta o acesso e permanência das crianças negras nas instituições escolares desde o início da sua história escolar.

Identificar como tal concepção segue enraizada em nossos espaços de educação infantil por meio de falas, “piadas”, olhares, relação com as famílias, ausência de acolhimento, homogeneização dos

espaços e das propostas pedagógicas e curriculares para então contrapô-las são ações que precisam se consolidar para que a partir delas possamos construir novas compreensões que visem a elaboração de ações de promoção à igualdade e equidade racial.

Os quadros que compõem a educação Infantil, desde docentes, profissionais não docentes até responsáveis por políticas públicas precisam ter o real entendimento de que a despeito do desejo de se manter o tema encoberto evitando assim conflitos sobre a temática étnico-racial o seu enfrentamento e a promoção de ações que desnudem o racismo estrutural e institucional que seguimos reproduzindo é incumbência de todos e todas.

Vale mencionar que essas pesquisas demonstram preocupação com a formação docente, que ainda tem configura-se como um campo com grandes lacunas considerando-se a temática da educação para as relações étnico-raciais, ou ainda, a respeito dos estudos de história e cultura africana e afro-brasileira, mesmo com a legislação de 2003 vigente há mais de quinze anos. Há ainda desconhecimento de professores e professoras da temática, como também baixo interesse nessas práticas. Todavia, a crescente produção de pesquisas na área, fazem-nos pensar que o tema das relações étnico-raciais e estudos africanos e afro brasileiros tem colaborado com problematizações e reflexões em torno da prática pedagógica como também há contributos importantes em termos de referências que sustentam ações educativas e fomentam outras pesquisas e debates acadêmicos. Ao mesmo tempo, percebemos que apesar do incremento do corpo de referências, mesmo nos estudos que tem seu centro voltado para as questões étnico-raciais na infância ou ainda que tenham foco na história e cultura africana, brasileira e afro-brasileira, referências teóricas ou metodológicas de autoras e autores africanos ou mesmo latino-americanos ainda são escassas.

Em menor intensidade, surge a inquietação com a participação das crianças. Mesmo que o levantamento realizado demonstre timidamente os trabalhos com crianças, percebemos movimento crescente de interesse na participação e na ética de pesquisas realizadas com crianças, apontando desafios para o campo da Educação Infantil especificamente e da infância, em sentido amplo, na interface com os estudos de raça/étnico-raciais, tal qual enfatizam trabalhos calcados nos estudos da infância, onde as crianças estão presentes no mundo e trazem suas marcas sociais, culturais e econômicas, expressas também nos pertencimentos de gênero, classe social e étnico-racial, por exemplo. Ao mesmo tempo, observa-se, tal qual proposta da legislação brasileira vigente, tentativas de considerar e respeitar as crianças como sujeitos de direitos.

Enxergar e contrapor as marcas impostas pelo branqueamento (DÁVILA, 2006) faz com que a busca por respeito e dignidade as pertencas raciais subalternizadas sigam como eixo orientador das ações educacionais. Esse compromisso possibilitará a construção e fortalecimento do campo de pesquisa em vias de consolidação, construindo subsídios e aportes para práticas que acolham, respeitem e possibilitem vivências de corporeidade, movimentos, brincadeiras, toques, danças, interações compondo espaços que sejam de fato pertencentes a todas as infâncias.

Gráfico 1

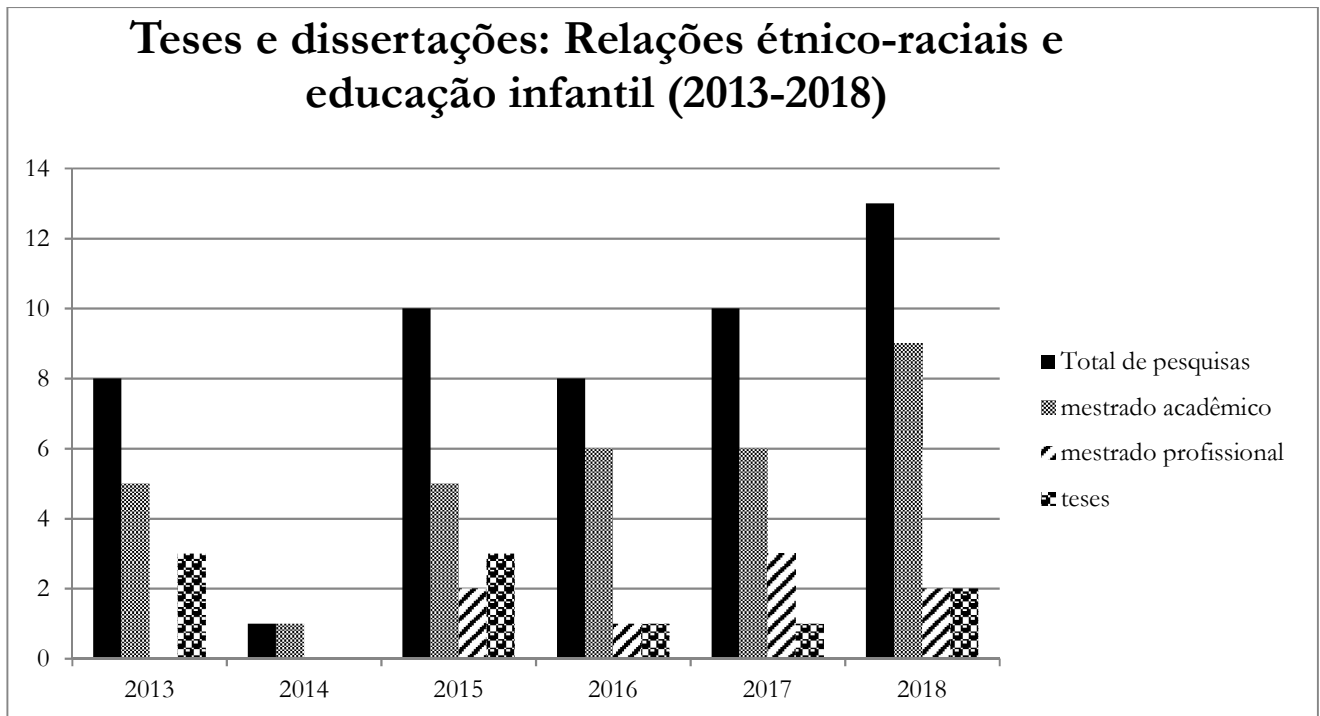
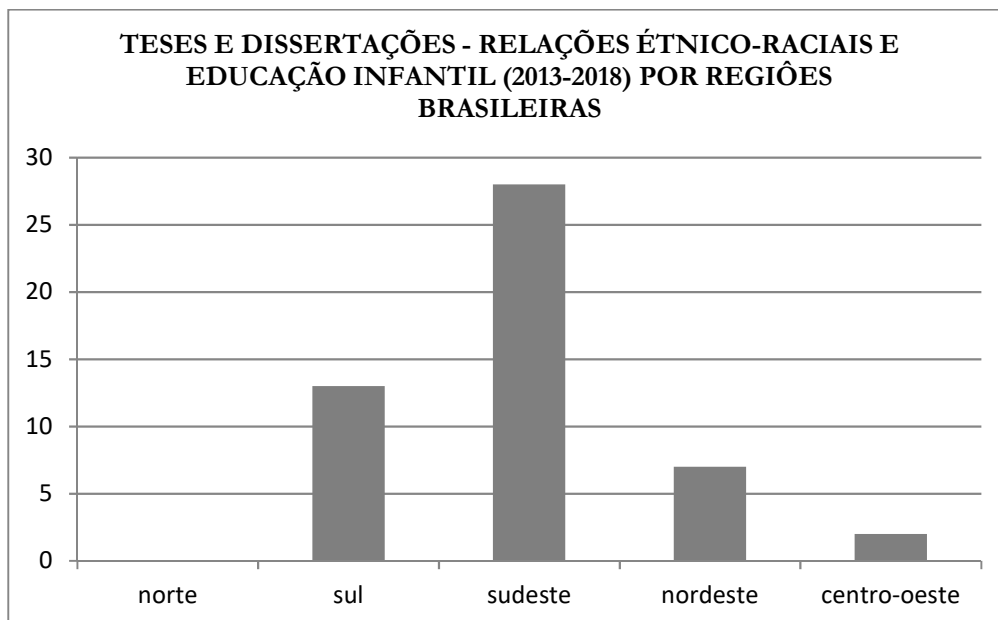


Gráfico 2



Referências

- ABRAMOWICZ, A.; MORUZZI, A. B. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. **Crítica Educativa**, v. 2, p. 25, 2016. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/viewFile/94/220> acesso em 12/06/2019.
- ABRAMOWICZ, Anete. Florestan Fernandes: Cultura Infantil. In: ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **Estudos da Infância no Brasil - Encontros e Memórias**. 1ed. São Carlos: EDUFSCar, 2015.
- ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, J. A sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Revista do Centro de Educação da UFSM**, v. 35, n. 1, p. 38-52, jan./abr. 2010.
- ABRAMOVICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: Maria Aparecida Silva Bento (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo, SP: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/src/pdf/anete-abramowicz-e-fabiana-deoliveira.pdf>. Acesso em: 15.06.2019.
- ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROEK, Michel (Orgs.). **Educação infantil e diferença**. São Paulo: Papirus, 2013.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. BRASIL. **Lei N° 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/ 2003. Altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática — História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, 2003.
- BRASIL. MEC - Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne> . Acesso em 20/07/2019.
- BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil / Secretaria da educação básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL, MEC; CNE, CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil**. Resolução CEB-CNE, n. 01, 2009.
- CARDOSO, Gabriela. **Relações étnico-raciais e identidades na educação infantil**. Mestrado em Processos socioeducativos e práticas escolares. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei Biblioteca Depositária: Universidade Federal de São João Del Rei, 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra em Educação. São Paulo, SP,1998
- CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.
- CASTRO, Moacir Silva de. **Educação para as relações étnico-raciais: concepções e práticas de professoras da educação infantil**. Dissertação Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais Instituição de Ensino: universidade nove de julho, São Paulo Biblioteca Depositária: Prof. José Storopoli,2015.
- COSTA, Marcelle Arruda Cabral. **Os desafios de uma educação para a diversidade étnico-racial: uma experiência de pesquisa-ação**. Tese. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Humanidades/Universidade Federal do Ceará, 2013.
- DÁVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: Unesp, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**, v. 1 e 2. São Paulo: Globo, [1964] 2008.
- GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil**. In: Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis,

RJ: Vozes,2010.

GELEDÉS. Instituto da mulher negra; CFEMEA. Centro feminista de estudos e assessoria. **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. 2013. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Documents/ingles/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf

Acesso em: 06/ 07/2019

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal n. 10.639/03. Brasília: MEC/Secadi, 2005. p. 39-61.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, p. 109-121, 2011.

JAMES, Allison; CHRISTENSEN, Pia. (eds.). **Research with children: perspectives and practices**. London, Falmer Press, 2000.

KI-ZERBO, J. Introdução geral. In: UNESCO, **História geral da África**. Vol. I Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MORUZZI, A. B.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e currículo: alguns apontamentos sobre os documentos brasileiros para educação infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, p. 199-214, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

PINHEIRO, Nilzete Rodrigues. **Estudo das relações étnico raciais e práticas pedagógicas na Educação Infantil**. Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional. Instituição de Ensino: Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus. Biblioteca Depositária: Biblioteca da FVC, 2016.

PRADO, Patricia Dias. Quer brincar comigo? Pesquisa, brincadeira e educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; DEMARTINI, Zélia; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisas com crianças**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

OLIVEIRA, Fabiana. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** Dissertação de Mestrado. São Carlos (SP): UFSCar, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane C. **A criança negra, uma criança e negra**. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma L. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.

[OLIVEIRA, Fabiana](#). A infância, as crianças e a educação infantil: Reflexões acerca da questão étnico-racial (Childhood, children and early childhood education: reflections on the ethnic-racial issue). **Crítica Educativa**, v. 2, p. 136, 2017. Disponível em:

<http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/102/228> acesso em 10/07/2019.

[OLIVEIRA, Fabiana de](#). **Infância e Resistência: um estudo a partir das relações étnico-raciais entre adultos e bebês na creche**. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart et al. (Orgs.). **Infâncias e Pós-Colonialismo: pesquisa em busca de pedagogias descolonizadoras**. 1 ed. Campinas: ALB/Leitura Crítica, 2015, p. 75-92.

RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil e Relações raciais: A tensão entre Igualdade e Diversidade.

Cadernos de pesquisa v.44 n.153 p.742-759 jul./set. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a13v44n153.pdf> Acesso em 11/07/2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e educação inicial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.77, p. 25-34,

1991. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1039-3901-1-PB.pdf> Acesso em: 11.07. 2019

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 96, p. 3-86, 1996. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/814-3023-1-PB.pdf> . Acesso em: 11.06.2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011, p.11-46.

SANTIAGO, Flávio. **Meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado!** Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. 2014. Dissertação (Mestrado).

Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas- SP, 2014.

SANTIAGO, Flávio. Creche e racismo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 441-460, São Paulo, 2015.

SOUZA, Edmacy Quirina; DINIS, Nilson Fernandes. Formação docente, relações étnico-raciais e educação infantil. **Laplage em Revista**, v. V. 4, p. 38, 2018.

SOUZA, Edmacy Quirina de. **Crianças negras em escolas de “alma branca”**: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. São Carlos: UFSCar, 2016. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2016.

SOUZA, Edlaine Fernanda Aragon de. **Relações étnico-raciais na creche: desafios e perspectivas das pesquisas em educação São Carlos 2017**. Dissertação. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária UFSCar – SP, 2017.

SPOSATI, Aldaiza. Regulação Social Tardia: Características das Políticas Sociais Latino-Americanas na Passagem entre o Segundo e o Terceiro Milênio. **Revista Intervenção Social**, Portugal, v. 1, n.27, p. 63-88, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1075-4134-1-PB.pdf> acesso em 15/07/2019.

TEIXEIRA, Mariana Morato de Miranda. **Diversidade étnico-racial na educação infantil**: entre concepções e práticas. Dissertação. Mestrado em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. Biblioteca Depositária: Arquivo PPGS e Biblioteca Central da UFGD, 2017.

*Recebido em: 02 de abril de 2019.
Aprovado em: 23 de maio de 2019.*